

Eleição de país

Antonio Albino Canelas Rubim

09/10/2026

O sequestro da disputa entre projetos de país prejudica intensamente a eleição, a democracia e os direitos da cidadania.



No dia 25 de outubro de 2026, o Brasil escolhe o seu futuro. Não um futuro longínquo, mas um futuro que começa no dia 5 de janeiro de 2027. Ou seja, em menos de três meses. Dois Brasis muito distintos e distantes disputam o país. Eles impactam não só no futuro, mas no presente e mesmo no passado, pois implicam em revisões da história. O impacto das eleições sobre o Brasil será enorme.

Dois Brasis estão em disputa. Eles foram obscurecidos pela estratégia das classes dominantes instaladas, em especial, no Judiciário e na mídia. Em lugar das propostas para o futuro do país, o que foi imposto na agenda pública eleitoral foi uma versão manipulada do Caso Master. Por exemplo, os trinta milhões do contrato de consultoria da empresa da esposa de Alexandre de Moraes tiveram bem mais valor e visibilidade do que os sessenta a 65 milhões solicitados à Daniel Vorcaro e recebidos por Flávio Bolsonaro, supostamente para o filme sobre o Messias Bolsonaro. A conexão entre o bolsonarismo e o Master foi escondida pela mídia e pela relatoria partidarizada de André Mendonça. A manipulação do caso Master ocupou o cenário político-eleitoral e o confronto de projetos de país foi sonogado à população brasileira.

Para que ocorra um segundo turno eleitoral em condições democráticas, a disputa efetiva dos projetos para o país precisa ocupar a agenda pública. Assim, os brasileiros poderão fazer melhor sua escolha, com todas as limitações da frágil democracia, instalada em uma sociedade tão desigual como a brasileira. O sequestro da disputa entre projetos de país prejudica intensamente a eleição, a democracia e os direitos da cidadania.

A campanha de Lula necessita transformar a agenda pública da campanha eleitoral. As reiteradas mostras das importantes realizações dos governos Lula, vitais para iniciar o processo de transformação econômico-social-cultural-internacional do país, sozinhas e dispersas já não bastam para mobilizar os brasileiros, encantar o povo e projetar o futuro. Para muitos brasileiros, em especial os mais jovens, as melhorias alcançadas funcionam como o patamar existente, como se o mundo fosse assim desde sempre. São necessárias medidas novas e mais contundentes de melhoria das condições de vida, de trabalho, de educação, de saúde e de

cultura, dentre outras, que apontem para uma sociedade efetiva, afetiva e radicalmente democrática. Lula chegou a falar em fazer mais. Entretanto, a reiteração da obra realizada não deu lugar às propostas inovadoras que expressassem o salto para um futuro melhor. Tal projeto é fundamental para reencantar a campanha e a política, além de estimular a mobilização militante imprescindível para a vitória no segundo turno. Não basta o muito realizado, é necessário propor um futuro, que não é distante.

A explicitação contundente das propostas para o país serve para transformar a agenda do cenário político-eleitoral e, simultaneamente, para obrigar à Flávio Bolsonaro explicitar suas proposições. Seu ajuste fiscal, tão demandado pelas classes dominantes, que irá impedir o aumento do salário mínimo acima da inflação, que descola as aposentadorias do aumento do salário mínimo, que desmantela todas as políticas públicas existentes, sejam as de alcance geral, como as políticas de educação e saúde públicas, a exemplo do SUS, de ciência e tecnologia, de cultura, de apoio à agricultura familiar, dentre muitas outras, sejam aquelas voltadas para a população mais vulnerável, como o Bolsa Família, o combate à fome e tantas outras. A exemplo do que ocorreu na gestão Messias Bolsonaro e do que acontece na gestão de Javier Milei na Argentina, toda a maioria da população será profundamente atingida, inclusive com a volta da fome, da miséria e do desemprego, para que as classes dominantes acumulem ainda mais dinheiro e privilégios.

Em suma, o futuro do Brasil depende da disputa entre dois projetos de país. De um lado, uma sociedade cada vez mais excludente; com a pobreza crescente; com a concentração ainda maior de renda; com a imposição de uma religião oficial; com a ampliação do crime organizado, inclusive no interior do Estado e do mercado financeiro; com desprezo e perseguição à cultura, à artes, às ciências e às universidades; com desatenção com os micros, pequenos e médios empresários; com menosprezo das mudanças climáticas e dos problemas ambientais; com a submissão da pátria ao quintal dos Estados Unidos e com a entrega de nossas riquezas nacionais; com o fim da política externa soberana, a favor da paz mundial e do multilateralismo.

De outro lado, o Brasil que precisa avançar e ser ainda mais democrático, justo, diverso, plural, livre e criativo para todos; com melhores condições de vida e de trabalho; com aumento do salário mínimo assegurado por lei; com respeito às aposentadorias; com o fim da jornada 6×1; com melhoria da educação e da saúde públicas; com fortalecimento do SUS; com desenvolvimento das ciências e das artes; com a promoção e respeito da diversidade social e cultural; com pluralidade política e sem perseguições; com políticas públicas de inclusão social e superação da fome; com políticas de cuidado para todos, especialmente as crianças, a juventude e os idosos; com o crescimento da agricultura familiar e dos micros, pequenos e médios empresários; com cuidado vigoroso com meio ambiente e a opção crescente por fontes de energia renováveis; com modelo de desenvolvimento verde e sustentável; com a expansão dos mercados internacionais aos produtos e serviços brasileiros; com a presença forte do Brasil no cenário internacional, sem ser quintal de ninguém; com o controle da violência e do crime organizado; com o fim das bets; com combate ao feminicídio, ao racismo e à homofobia; com o respeito às religiões e contra a intolerância religiosa; com a manutenção de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil; com uma tributação de impostos mais justa, impactando menos os pobres e cobrando mais dos muito ricos; com ampliação da democracia na sociedade e no Estado.

No dia 25 de outubro será decidido o Brasil que desejamos. Barbárie ou democracia ampliada são as duas escolhas possíveis.

Antonio Albino Canelas Rubim é pesquisador do CNPq

Via [Fundação Perseu Abramo](#)

Compartilhe nas redes: